

V Fórum Social da Baixada Santista + Oficina AdaptAÇÃO as Mudanças Climáticas

29 de Novembro de 2025

Unifesp Baixada Santista | Rua Silva Jardim, 136



APRESENTAÇÃO

PROJETO AdaptAÇÃO

Projeto AdaptAÇÃO é uma iniciativa desenvolvida em parceria entre o Ministério das Cidades e a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), por meio do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR) e do Observatório das Metrópoles. A ação tem como propósito apoiar os municípios brasileiros no aprimoramento de seu planejamento urbano, incorporando a perspectiva climática nas políticas e instrumentos locais.

O projeto busca integrar estratégias de adaptação às mudanças do clima na política urbana municipal, promovendo a articulação entre equipes técnicas municipais, sociedade civil e comunidade acadêmica. Entre suas principais atividades estão oficinas locais e workshops regionais, voltados à disseminação de conhecimentos, à troca de experiências e à construção coletiva de soluções.

Devido à complexidade socioambiental e institucional da Região Metropolitana da Baixada Santista, composta por nove municípios, a oficina local do Projeto AdaptAÇÃO foi articulada em conjunto com o V Fórum Social da Baixada Santista. Essa integração busca fortalecer o diálogo entre as diversas pautas sociais da região e a agenda das mudanças climáticas, inserindo o tema dentro dos eixos temáticos das salas de discussão do Fórum.

A proposta reforça o compromisso com a construção de cidades mais resilientes, inclusivas e sustentáveis, estimulando a cooperação entre diferentes atores locais e regionais no enfrentamento dos desafios climáticos e urbanos da Baixada Santista.

Mais informações em: <https://www.redus.org.br/projeto-adaptacao>

FÓRUM SOCIAL

O Fórum Social da Baixada Santista (FSBS) foi criado em 2017 por integrantes da OSC CONCIDADANIA/Fórum da Cidadania, inspirado nos princípios e práticas do Fórum Social Mundial. Desde sua origem, o FSBS tem como missão fortalecer o trabalho em rede entre entidades, movimentos sociais e universidades da Região Metropolitana da Baixada Santista (RMBS), articulando ações em defesa da justiça social, ambiental e da democracia participativa.

Reunindo organizações da sociedade civil dos nove municípios da região — Santos, São Vicente, Cubatão, Guarujá, Bertioga, Praia Grande, Mongaguá, Itanhaém e Peruíbe, o Fórum busca debater e propor soluções voltadas à melhoria da qualidade de vida, à igualdade, à sustentabilidade e ao exercício do controle social sobre a gestão pública.

A quinta edição tem como tema “A questão ambiental é uma questão humanitária: exige reinventar o futuro” e lema “Que planeta queremos habitar e que humanidade queremos nos tornar?”. O evento propõe refletir sobre os desafios impostos pelas mudanças climáticas e pela degradação ambiental, que afetam diretamente as comunidades urbanas, periféricas, caiçaras, quilombolas e originárias da região.

O V FSBS reafirma o compromisso histórico do Fórum com a participação cidadã e a transformação social, promovendo um espaço de diálogo e construção coletiva de propostas em torno da adaptação climática, da justiça ambiental e da resiliência urbana. Por meio de mesas de debates, oficinas e plenárias, o encontro pretende reunir saberes, experiências e práticas que contribuam para um novo modelo de desenvolvimento regional, comprometido com a vida, a equidade e a sustentabilidade.

Mais do que um evento, o Fórum Social da Baixada Santista é um movimento vivo de resistência e esperança. Um espaço onde a diversidade de vozes e lutas se encontra para reinventar o futuro, fortalecendo os laços de solidariedade e reafirmando o direito coletivo a uma Baixada Santista mais justa, democrática e sustentável.

Mais informações em: forumsocialbaixadasantista@gmail.com

Introdução

Tendo em vista as condições sociais e políticas que permeiam a questão ambiental, serão privilegiadas pautas que venham debater sobre os eventos extremos e a necessidade urgente de se agir com vistas às mudanças climáticas, tanto em adaptação aos eventos extremos, quanto em mitigação da emissão de gases de efeito estufa, congregando conhecimentos, metodologias propositivas e práticas integrativas e orientadas à ação local e regional. Apresentamos a seguir algumas questões, divididas por eixos temáticos, para auxiliar na construção de pautas:



EIXO TEMÁTICO 1: MORADIA, INFRAESTRUTURA URBANA, PARTICIPAÇÃO POPULAR

- Como falar em moradia, sem valorizar os espaços comunitários e a participação popular nas decisões sobre formas de construir e onde se construir? Principalmente considerando a necessidade de serviços públicos e infraestrutura urbana?

A participação popular na condução de políticas habitacionais de interesse social e a diretriz de produzir moradias em áreas com infraestrutura e serviços urbanos, são fundamentos importantes para alcançar crescimento urbano sustentável.

No que diz respeito à participação popular, cabe destacar o fato de que diferentemente da parte da população com poder aquisitivo suficiente para escolher entre as alternativas que o mercado imobiliário produz, as famílias que não têm acesso a esse mercado dependem de programas governamentais para obter uma moradia digna. Esses programas, que produzem Habitação de Interesse Social – HIS, operam com dinheiro público e oferecem subsídios para dar condições de acesso a todos que estão fora do mercado regular de imóveis. No programa Minha Casa Minha Vida - MCMV, por exemplo, quanto mais baixas forem as rendas, maiores serão os

subsídios concedidos. Importante salientar que os programas governamentais de produção de moradia social nunca conseguiram atender plenamente a demanda, de modo que vemos a cada ano agravar-se a dívida social referente à habitação digna para todos. Por esses três motivos: operar com dinheiro público, conceder subsídios e produzir em quantidade muito abaixo do que poderia ser considerado satisfatório, a política habitacional pública precisa ter controle popular, através da participação democrática, em particular dos segmentos diretamente interessados.

Com relação a garantia de serviços públicos e infraestrutura urbana é indispensável acompanhar e influir na escolha dos locais onde construir. É preciso acabar com a imagem que associa habitação social a construções baratas, feitas com materiais e técnicas de categoria inferior. Habitação de Interesse Social também não é empreendimento habitacional construído nas periferias das cidades onde os terrenos são mais baratos, mas à custa da destruição de cobertura vegetal e comprometimento de rios e córregos, com grande impacto ambiental, num momento em que a crise climática pede sobriedade no trato dos recursos naturais. Além disso, há o custo social de jogar as pessoas para longe dos empregos e serviços públicos básicos, criando pressão sobre a mobilidade urbana e reflexos na poluição atmosférica. Habitação de Interesse Social precisa ser encarada como empreendimento feito em áreas urbanizadas, onde existe abastecimento de água, coleta e tratamento de esgotos, coleta de lixo, drenagem, pavimentação, telefonia, escolas, serviços de saúde, espaços públicos tanto fechados quanto abertos para atividades culturais, de lazer e esportivas, que seja próxima a empregos e bem atendida em transportes coletivos. Para viabilizar a produção de HIS em áreas urbanizadas é necessário usar pelo menos três instrumentos do Estatuto da Cidade: ZEIS, PEUC e IPTU Progressivo no Tempo. As ZEIS – Zonas Especiais de Interesse Social (que incidem sobre terrenos vazios e áreas ocupadas irregularmente), juntamente com Parcelamento, Urbanização e Edificação Compulsórios (PEUC) de imóveis não utilizados ou subutilizados e o IPTU Progressivo no Tempo, são instrumentos indispensáveis para baratear imóveis e torná-los acessíveis em termos de custos para receber empreendimentos de interesse social.

Pontos norteadores:

1. Definir Política Habitacional que contemple gestão específica do setor, através de Secretaria de Habitação, assim como modalidades diversas de acesso à moradia e ampliação da atuação na regularização fundiária.
2. Garantir participação da população na elaboração (ou atualização) e acompanhamento da execução dos Planos Municipais de Habitação, principalmente no que se refere a indicadores, prioridades e recursos.
3. Reestruturar o Conselho de Habitação objetivando garantir a participação de movimentos populares e de moradia em igualdade de condições com demais segmentos.
4. Ampliar o número de ZEIS.
5. Definir estratégias para que instrumentos como PEUC (Parcelamento, Edificação e Urbanização Compulsórios) e IPTU Progressivo no Tempo sejam aplicados para obtenção de imóveis vazios e subutilizados a preços compatíveis para produção/utilização de HIS em áreas urbanizadas.
6. Debater a diversificação das formas de atendimento em HIS, adequando a política habitacional aos vários tipos de demanda (produção de moradias para venda convencional, locação social, parcerias público populares, outros).
7. Garantir Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social - ATHIS, conforme garante a Lei Federal 11.888/2008, através da elaboração de plano para aplicação da referida lei, onde conste metas e recursos anuais destinados para a atividade.



EIXO TEMÁTICO 2: SAÚDE PÚBLICA, ÁGUA E SANEAMENTO.

- Como defender a saúde pública sem articular com acesso à água e saneamento?

A água contempla as três dimensões do desenvolvimento sustentável: ambiental-econômica-social.

A desigualdade no acesso ao saneamento básico, que atinge principalmente pessoas em situação de vulnerabilidade social, impacta diretamente na saúde da população e no bem-estar social.

Um saneamento básico adequado é essencial para a prevenção de doenças e promoção da saúde visando um país mais justo e equânime. A desigualdade e a falta de acesso aos serviços de saneamento mostram a ausência do Estado de Direitos que provocam impactos maléficos à população que vive abaixo da linha da pobreza, suscitando em doenças e sofrimentos psíquicos que poderiam ser evitados, e seus agravos podem levar à óbitos. As melhorias sanitárias domiciliares estão diretamente relacionadas com o avanço dos indicadores sociais e na qualidade de vida.

De acordo com o Relatório do Programa Conjunto de Monitoramento para Progresso na Água Potável, Saneamento e Higiene 2000-2017, uma em cada três pessoas no mundo não tem acesso a água potável. A água contempla as três dimensões do desenvolvimento sustentável – ambiental, econômica e social.

Determinadas doenças e condições são causadas, ao menos parcialmente, pelo ambiente. Variações climáticas e socioambientais, estão correlacionadas a sazonalidade da transmissão de algumas doenças. Entre as inúmeras preocupações relacionadas com a preservação do meio ambiente está a poluição do solo, que pode causar grande impacto ambiental e trazer graves consequências à população. A poluição e contaminação do solo pode causar inúmeras consequências, como liberação de gases poluentes, perda da fertilidade do solo, desequilíbrio ecológico,

aumento da salinidade, contaminação de alimentos e de fontes de água, bem como lençóis freáticos e, conseqüentemente, problemas de saúde pública.

Conforme o Ministério da Saúde, emergências climáticas, como ondas de calor extremo, inundações, secas e tempestades, têm impactos significativos na saúde humana. Elas podem agravar doenças respiratórias e cardiovasculares, aumentar a incidência de doenças transmitidas por vetores (como dengue e malária) e comprometer a segurança alimentar e hídrica.

O acesso à água potável e segura, assim como o saneamento promove e fortalece a saúde da população e o desenvolvimento socioeconômico sem degradação ambiental e a falta de acesso aos serviços públicos básicos que enfoquem a implementação de políticas públicas de gestão participativa, integrada e estratégias de enfrentamento da complexidade de fatores que consolidam a vulnerabilização sem garantir o Direito Universal.

Uma gestão eficaz de desastres, garante que as comunidades estejam preparadas para enfrentar emergências e minimizar seus impactos, destacando a importância de políticas de adaptação e mitigação para proteger a saúde pública. Estratégias integradas são fundamentais para enfrentar as emergências climáticas de maneira eficaz, protegendo a saúde e o bem-estar das populações.

Pontos norteadores:

1. Quais eventos climáticos atingem com maior frequência nossa região? (enchentes e inundações, ondas de calor extremo, queimadas, secas e tempestades e incêndios).
2. Com base nos eventos climáticos, quais são os impactos relacionados que refletem na Saúde da população de determinado território? (doenças respiratórias, doenças relacionadas ao calor, doenças transmitidas por vetores, segurança alimentar e nutricional, transtornos de saúde mental, fome e óbitos).
3. Elementos que apontam injustiças, desigualdades e suscetibilidades a danos que afetam uma comunidade.

(iniquidade em saúde, população vulnerável, populações vulnerabilizadas, trabalhadores exploratórios e expostos aos agravos à saúde).



EIXO TEMÁTICO 3: LIMPEZA URBANA E TRATAMENTO DE RESÍDUOS

- Como falar em limpeza urbana, sem conhecer a política de tratamento de resíduos e o debate crítico sobre reciclagem?

A busca de soluções regionais compartilhadas na gestão dos resíduos com tecnologias ambientalmente adequadas para a coleta em três frações, o tratamento e disposição final adequada estão muito atrasadas em nossa região, apesar de constarem do Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos da Baixada Santista desde 2021!

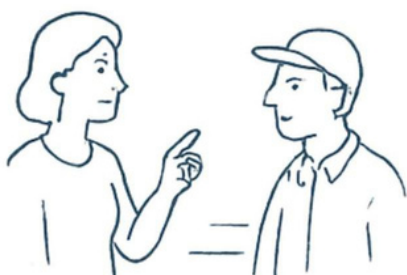
O fomento na implantação da coleta seletiva e a promoção na educação ambiental junto à população, tornam-se imprescindíveis na implementação de políticas públicas que promovam novas tecnologias para o tratamento, a destinação e o reaproveitamento de resíduos, e implicam em mudanças comportamentais e culturais de todos nós. Implicam na correta gestão dos resíduos logo na sua origem, em cada lar, em cada escritório, consultório, enfim, em cada localidade geradora. Da mesma forma, o apoio às cooperativas e associações de catadores deverá integrar as estratégias municipais de gestão de resíduos.

Por fim, a permanência de espaços inadequados de destinação de resíduos, ou de alternativas insustentáveis como incineradores ou “unidades de reaproveitamento energético” acarretam consideráveis impactos no aquecimento global e enormes danos à saúde pública. Portanto, a mitigação de emissões na destinação final de resíduos sólidos, a reciclagem, a reutilização, e a minimização representam um potencial avanço na neutralidade climática.

Vários são os benefícios de uma gestão integrada e adequada de resíduos sólidos em termos ambientais, climáticos, econômicos, sociais e de saúde e a participação e o controle social são imprescindíveis nesse processo.

Pontos norteadores:

1. Como desenvolver ações garantindo o envolvimento das comunidades no planejamento e implementação das políticas municipais e da política metropolitana de resíduos sólidos?
2. Como pressionar os poderes públicos locais para viabilizar a contratação de cooperativas e associações de catadores de recicláveis e as apoiar na prestação dos serviços?
3. Como expandir as cadeias de negócios de recicláveis derivadas da expansão da atuação das cooperativas e associações de catadores de recicláveis, inclusive incluindo a compostagem de resíduos orgânicos?
4. Como desenvolver ações com envolvimento das comunidades, que contemplem a separação de resíduos na origem, a coleta em três frações, a reciclagem, a destinação e o manejo adequado dos resíduos e a disposição final dos rejeitos?



EIXO TEMÁTICO 4: CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS E REMOÇÕES FORÇADAS DE FAMÍLIAS

- Como atuar em conflitos socioambientais, desconsiderando que o Estado tem sido agente de expulsão de famílias de seus territórios para garantir as expectativas do mercado?

A realidade das cidades da Região Metropolitana da Baixada Santista, que reúne uma população de 1.805.451 habitantes (IBGE, 2022) e considerada a mais urbanizada do Brasil, revela profundas contradições não só entre os municípios como no interior destes, nos quais pobreza e riqueza convivem cotidianamente. A urbanização acelerada a partir da década de 1950 fixou os municípios entre o mar e as montanhas, refletindo as particularidades geográficas e demográficas de uma região na qual coexistem indígenas, pescadores caiçaras, quilombolas, ribeirinhos, trabalhadores portuários, moradores permanentes das cidades e os turistas temporários e ocasionais, o que contribui para o intenso processo de especulação fundiária e imobiliária de ocupações irregulares e

expulsão de famílias de seus territórios, na disputa pelo espaço urbano.

Conforme Relatório Nacional da Campanha Despejo Zero, de 2025, a segurança da posse da terra, ou seja, a proteção contra despejos e remoções forçadas, é um dos pilares do direito de todas as pessoas a um padrão de vida adequado. Mas, as violações do direito à terra e à moradia são enfrentadas por milhões de brasileiras/os, a exemplo dos 26,5 milhões de domicílios que enfrentam inadequações habitacionais, seja na estrutura interna das moradias, seja nas condições de infraestrutura onde estão localizadas, ou ainda na situação fundiária da posse da moradia. Essa crise habitacional tem classe, gênero e raça muito bem definidos. 75% dos domicílios em situação de déficit habitacional são de baixa renda, 66% são de pessoas negras, 62% são chefiados por mulheres.

Na Baixada Santista, manifestações dessas desigualdades estão também nos deslizamentos das encostas, provocadas por intensas chuvas, tal como ocorreu em Guarujá em 2019, cujas tragédias vividas pelas famílias não podem ser delegadas às ações da natureza; nos incêndios que ocorreram nas palafitas da Vila Gilda em 2020, deixando famílias cercadas entre o fogo e a água insalubre do canal; nos alagamentos recorrentes da Vila Alemoa, território que não fez parte dos projetos arquitetônicos da entrada de Santos; da iminência da remoção da Vila dos Criadores para atender necessidades de expansão do porto e que encontrou possibilidades na justiça, com a criação de uma comissão mista, da qual também participam os moradores, para discutir as soluções; da luta cotidiana da Vila Conceiçãozinha, localizada em terras da União e, apesar da titulação administrativa desde 2007, as famílias vivem a tensão permanente de futura desocupação para expansão de atividades retroportuárias.

Uma quantidade significativa dessa população sobrevive de empregos precários e informais, além da restrição de direitos aos serviços públicos nas áreas periféricas. Sobre as condições de habitação, observam-se favelas, habitações desestruturadas com riscos nos morros, palafitas nas regiões de mangue e assentamentos precários próximos à margem do porto e da linha ferroviária. E nos últimos anos, como expressão mais brutal de infração dos direitos

humanos, ocorreram incursões militarizadas em diversos territórios, justificadas como operações policiais necessárias.

São exemplos de interconexões de diferentes tipos de desigualdades que refletem o modelo de urbanização das cidades da Região Metropolitana da Baixada Santista. Nossas cidades da RMBS, como parte da lógica de cidades globais voltadas para o capital, estão segregando, expulsando, matando, silenciando, controlando, adoecendo as pessoas que nela vivem. É preciso pensar a cidade como espaço de proteção social.

Pontos norteadores:

1. Mapear áreas urbanas com vulnerabilidades multidimensionais, com envolvimento comunitário, para construir possibilidades de respostas às necessidades de populações moradoras em áreas impróprias e desenvolver ações de resiliência nos territórios populares;
2. Estudar e debater com as comunidades, os planos diretores, macrozoneamentos, zoneamentos, legislações de uso e ocupação do solo, sistemas tributários, fortalecendo a população no conhecimento da dinâmica institucional das cidades, identificando formas de estímulos e participação no controle da expansão urbana;
3. Apoiar, incentivar e promover o aumento de áreas verdes, seja pela recomposição de mata ciliar de cursos d'água lindeiros a favelas e comunidade, seja no desenvolvimento de ações de arborização nos territórios populares com participação comunitária;
4. Apoiar ações de prevenção, de educação ambiental, ampliando informações sobre os eventos climáticos extremos e sua relação com a dinâmica estrutural das cidades (implementação de sistema de gestão e monitoramento do uso da água potável, destinação correta de resíduos sólidos, sistemas de drenagem e esgotamento sanitário);



EIXO TEMÁTICO 5: EDUCAÇÃO, SUSTENTABILIDADE E CRISE CLIMÁTICA

- Como educar para construir um mundo mais sustentável, para um consumo consciente? Principalmente, valorizando a relação sociedade-natureza a partir de saberes ancestrais, do conhecimento local dos povos originários e tradicionais?

Falar sobre as questões climáticas requer pensar como ficam as questões relativas ao desenvolvimento da Baixada, só levando em conta teoria, e não colocar em prática, de forma a obtermos uma base sólida para uma pedagogia ambiental transformadora, aplicada à crise climática atual, é essencial. O respeito à natureza é fundamental para que se possa esclarecer de forma política e humanizadora. A crise ambiental também é uma crise opressora. Ou seja, a exploração predatória da natureza e a crise climática seguem a mesma lógica da opressão que atinge os seres humanos.

- A dominação sobre a Terra é a mesma do opressor sobre o oprimido. O ambiente é tratado como um objeto de exploração para o lucro capitalista.

- A exploração capitalista e o neoliberalismo, que promovem o consumismo e a desigualdade, são a raiz das crises sociais e ambientais, incluindo a climática.

A educação não é um ato neutro. Portanto, não se pode limitar a temas superficiais. Deve ser um ato político que problematize as causas estruturais da degradação ambiental. As abordagens educativas oferecem um caminho para enfrentar a crise climática por meio de:

1. **Conscientização:** ensinar o ser humano a ler o mundo de forma crítica, entendendo a conexão entre as crises sociais, a desigualdade e a destruição ambiental. Trata-se de sair da visão ingênua e desenvolver a consciência crítica sobre a realidade.

2. **Diálogo horizontal:** A solução para as questões climáticas e ambientais não vem de cima para baixo. É preciso um diálogo participativo, onde o conhecimento científico se integre com a sabedoria popular e experiências locais, capacitando as comunidades oprimidas a encontrarem suas próprias soluções.
3. **Coerência entre discurso e prática:** É fundamental diminuir a distância entre o que se diz e o que se faz, de tal forma que, num dado momento, a fala se torne prática.

Em 2015, a ONU estabeleceu 17 metas globais para erradicar a pobreza, proteger o planeta e garantir paz e prosperidade para todos até 2030. Elas são integradas e abordam as dimensões social, econômica e ambiental, com 169 metas no total que exigem ações de governos, empresas e cidadãos. Os ODS incluem objetivos como acabar com a pobreza e a fome, garantir saúde e educação de qualidade, promover a igualdade de gênero e combater as mudanças climáticas. Os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável têm como propósito erradicar a pobreza, proteger o planeta e garantir paz e prosperidade para todos até 2030. Eles são integrados e abordam dimensões sociais, econômicas e ambientais. Alguns dos objetivos são:

- Educação de qualidade
- Igualdade de gênero
- Água potável e saneamento
- Redução das desigualdades
- Cidades e comunidades sustentáveis
- Consumo e produção responsáveis
- Ação contra a mudança global do clima.

Teremos sete pilares da sustentabilidade, que mostram que a sustentabilidade não é apenas uma questão de responsabilidade ambiental e social. O futuro se constrói hoje. Para que isso seja possível, é necessário que seja economicamente viável, ambientalmente seguro e socialmente justo. A sustentabilidade é

mais abrangente do que imaginamos. É uma filosofia que deve integrar todas as áreas das empresas, sem menosprezar nenhuma delas. Ou seja: 1. Social 2. Econômica 3. Ambiental 4. Cultural 5. Ética 6. Estética 7. Política

Pontos norteadores:

1. Diminuir, nas atividades educativas, a diferença entre o que se diz e o que se faz.
2. Trabalhar com a educação de jovens, refletindo sobre o real significado de ser oprimido e quem são os oprimidos.
3. Buscar meios de criar uma Secretaria de Habitação, levando em conta a área a ser ocupada e as condições que serão oferecidas, com realização de audiências públicas.
4. Fazer uma luta horizontal — com alunos, professores, população em geral, MEC etc. — para que seja incluído no PNE, PEE e PME (Plano Nacional, Estadual e Municipal de Educação), insistindo para que o cidadão de amanhã, que está hoje na educação básica, aprenda princípios que garantam direitos humanos como moradia, alimentação, transporte, saúde, educação e consumo consciente.



EIXO 6: VIOLAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS E GARANTIA DE JUSTIÇA, EQUIDADE, DIVERSIDADE E INCLUSÃO

- Como combater a violação dos direitos humanos e as violências (racial, gênero, classe social e etárias) , sem enfrentar preconceitos que negam a diversidade humana?
- Como enfrentar preconceitos (que negam a diversidade humana) e combater a violação dos direitos humanos e as violências racial, de gênero, classe social, capacitistas, lgbtfóbicas e etaristas para garantir justiça, equidade,

diversidade e inclusão na construção de estratégias para resiliência climática?

A questão das violências sociais em suas várias formas de expressão, onde moram os preconceitos, abarca, de modo cíclico e retroativo, a violação dos direitos humanos nas suas mais diversas dimensões: étnico racial, classe, gênero, sexualidade, etarismo, capacitismo e territorial.

É preciso considerar que a violência em nossa sociedade é estrutural e resultam em crimes como feminicídios e outros genocídio da pessoa negra e outros, gerando uma sociedade adoecida e adoecedora das relações humanas em círculo vicioso, produtor de naturalização das desigualdades, via estereótipos que sofrem os excluídos, encarados como violentos em sua essência.

Por isso as pessoas velhas, mulheres, pessoas negras, pessoas LGBTQIA+, pessoas com deficiência, pessoas vivendo em situação de rua, etc, têm seus direitos violados.

As vulnerabilidades acontecem por meio das iniquidades que são ancoradas no racismo estrutural, dentre outras questões, como a dificuldade de acesso a serviços essenciais e a distribuição desigualdade de renda que sobrecarregam os equipamentos públicos. Além dessas demandas, os eventos climáticos apontam a insuficiência do Estado em oferecer resoluções com os danos infraestruturais, pela incapacidade em agilizar suprimentos emergenciais, sem leitos suficientes, redução de recursos humanos, sem equipe multiprofissional com formação permanente, causando um colapso dos sistemas públicos de saúde e assistência social.

Os impactos de eventos climáticos manifestam-se globalmente e resultam em mais óbitos, deslocamentos emergenciais em outros locais para moradia, elevado número de doenças transmitidas pela água, assim como, contaminação das fontes hídricas. Consequentemente, a poluição compromete a qualidade do ar e a inclusão fica irrisória por falta de condições relacionadas às estratégias para a resiliência climática das cidades.

É necessário a criação e implantação de serviços públicos com evidências científicas para operacionalizar a transição entre a dinâmica cotidiana ao colapso, isto exige uma governança ética, comprometida, fundamentada e atualizada com mapeamentos de

dados climáticos em constantes sistemas de vigilância conjugadas com as ações diárias de lideranças comunitárias tendo ações preventivas baseadas em determinantes socioambientais emergentes e urgentes.

Somente a sociedade civil, de forma coletiva, através de seus grupos historicamente excluídos consegue produzir sugestões e pressionar o poder público para alterar as desigualdades nas cidades. Não basta apenas a sociedade civil organizada em ações coletivas para alterar essa situação: é preciso que haja pressão sobre o poder público!

Pontos norteadores:

1. Concurso público;
2. Qualificação de servidores e servidoras nos conteúdos referentes ao racismo, machismo e à misoginia, orientação sexual e identidade gênero, etarismo, capacitismo, classe, educação ambiental e às questões climáticas;
3. Lançamento de campanha organizada pelo movimento feminista/antirracista para o plantio de mudas de árvores frutíferas na região;
4. Organizar eventos periódicos para discussão sobre o envelhecimento na sociedade, valorizando a produção de pessoas idosas;
5. Campanha Femicídio Zero;
6. Organizar atividades de discussão sobre masculinidade tóxicas;
7. Campanha para que aumente a quantidade de coletivos acessíveis e seus itinerários, incluindo mais os ônibus elétricos;
8. Campanha para a limitação de estacionamento de veículos somente em um lado;

9. Campanha para a ampliação das ciclovias;
10. Campanha educacional para os ciclistas e usuários de ciclomotores;
11. Campanha para a instalação de bancos embaixo das árvores com iluminação adequada, como forma de espaços de lazer.



EIXO TEMÁTICO 7: REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES SOCIAIS E TERRITÓRIOS VULNERABILIZADOS

- Como atuar para reduzir as desigualdades sociais sem informações sobre a Baixada Santista, sobre os territórios suscetíveis a inundações, deslizamentos e incêndios que impactam a vida das populações empobrecidas?
- Como garantir justiça, equidade, diversidade e inclusão na construção de estratégias para a resiliência climática das cidades?

As vulnerabilizações acontecem através de iniquidades que são ancoradas no racismo estrutural, dentre outras questões, a dificuldade de acesso a serviços essenciais e a distribuição desigual de renda apresentam uma sobrecarga nos equipamentos públicos. Além destas demandas existentes, os eventos climáticos apontam a insuficiência do Estado em oferecer resoluções com os danos infraestruturais, pela incapacidade em agilizar suprimentos emergenciais, sem leitos suficientes, redução de recursos humanos sem uma equipe multiprofissional com formação permanente, causando um colapso dos sistemas de públicos de saúde e assistência social.

A garantia de justiça, equidade, diversidade e inclusão precisam estar implicada nos marcos normativos e implementação efetiva de políticas públicas adaptativas às situações emergenciais climáticas. Isto nos coloca no compromisso frente às execuções orçamentárias direcionadas à gestão de riscos permanentes, onde

os programas precisam estar numa consonância conceitual, orçamentária e operacional com medidas protetivas do Estado que tem o objetivo em garantir os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, visando à preservação da qualidade de vida biopsicossocial.

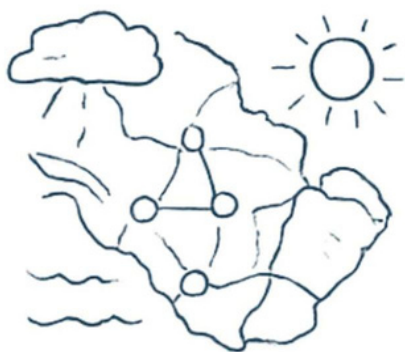
A justiça social começa com o reconhecimento dos territórios e das vidas que neles resistem. Considerar que:

- Áreas de palafitas e inundáveis: representam cerca de 18% dos domicílios em assentamentos precários na Baixada Santista. Municípios como Cubatão, Guarujá, Santos e São Vicente concentram milhares de famílias em áreas sujeitas a inundações.
- Deslizamentos e mudanças climáticas: a região é altamente suscetível a desastres socioambientais como deslizamentos, agravados por chuvas intensas e ocupações irregulares em encostas. A legislação brasileira (Lei 12.608/2012 e Lei 8.742/1993) oferece instrumentos para atuação preventiva e reparadora.
- Expansão urbana desordenada: o crescimento populacional acelerado e a especulação imobiliária empurraram populações empobrecidas para áreas insalubres e de risco ambiental, especialmente em Santos e São Vicente.

Pontos norteadores:

1. Identificar e mapear áreas sujeitas a perigos e ameaças resultantes do aquecimento global (inundações, erosão, incêndios urbanos, desmatamentos, deslizamentos, calor extremo etc.), orientando o zoneamento urbano, para evitar ocupações em áreas ameaçadas, identificando estratégias de redução de riscos em áreas já ocupadas. Envolver os moradores para o mapeamento participativo.
2. Cobrar dos governos municipais e estaduais a divulgação de informações georreferenciadas sobre riscos ambientais e sociais. (Pressão por transparência e dados públicos.)

3. Articulação com Universidades e Organizações Sociais que já produzem estudos sobre vulnerabilidade socioambiental na região, conectando-se com esses saberes.
4. Promover formações comunitárias sobre riscos, direitos urbanos e políticas públicas, potencializando as forças sociais dos territórios na luta pelos direitos de cidadania e proteção. Organizar um plano de ação comunitário que inclua formas de manifesto para mobilização local. (Educação territorial e ambiental.)
5. Utilizar instrumentos legais como o Estatuto da Cidade e o Plano Diretor para exigir intervenções em áreas de risco e moradia digna.
6. Apoiar e fiscalizar iniciativas como o Programa Vida Digna, que prevê reassentamento e infraestrutura para populações em palafitas¹; e outros programas que contribuam para assegurar moradias dignas para a população. (Mobilização por programas estruturantes).
7. Orientar e capacitar comunidades (pesqueiras etc.) para monitorar marés e ressacas costeiras, em diálogo com a Defesa Civil, com vistas à prevenção de riscos.
8. Criar protocolos de evacuação comunitária, envolvendo as populações que moram em territórios passíveis de sofrer os impactos das mudanças climáticas;
9. Fortalecer sistemas de monitoramento do uso e ocupação do solo, a partir de diretrizes na ocupação do perímetro urbano e com proteção a mananciais, áreas verdes, patrimônio paisagística.



EIXO TEMÁTICO 8: GOVERNANÇA METROPOLITANA, PARTICIPAÇÃO SOCIAL E MUDANÇAS CLIMÁTICAS

- Como atuar politicamente na articulação das forças sociais para interferir no planejamento urbano, tomada de decisões e qualificar a governança metropolitana?
- Como mobilizar para a participação visando compartilhar experiências de enfrentamento às mudanças climáticas e criar protocolos nas emergências climáticas?

Para superarmos os desafios que ultrapassam os limites de um único município, urge ações em torno do planejamento e da gestão metropolitana, a busca do desenvolvimento integrado, sustentável e a resolução de desafios comuns de regiões com forte interdependência.

Adotar mecanismos que promovam o debate metropolitano e a participação de diferentes atores sociais, envolvendo a população e os grupos sociais no diagnóstico da realidade, na definição de prioridades e na elaboração de planos, criando conselhos, para reflexões em um espaço conjunto. Ou seja, diálogos enfocando a perspectiva de interação dos agentes políticos e econômicos e dos atores sociais que contribuem para conformação do espaço metropolitano e para o campo de possibilidades de sua gestão e transformação, cuja necessidade de reconhecer os planos setoriais como instrumento estratégico de planejamento das respectivas áreas e setores e de quanto sua implementação e atualização sejam executadas com pleno acompanhamento, participação e controle social.

Com o aumento da frequência dos fenômenos climáticos é imprescindível preparar a sociedade para enfrentá-los e prevê-los. Para entendermos a complexidade dos fenômenos faz-se necessário analisarmos fatores como climático em si, precipitação, condições hidrográficas, geomorfológicas e geológicas.

Mitigação e adaptação são estratégias complementares no combate às mudanças climáticas. Reduzindo suas causas e ajustando sistemas e comunidades. Onde a capacidade de resposta dos serviços essenciais da infraestrutura do estado e municípios frente aos acontecimentos e da defesa civil e da população no momento de uma catástrofe climática, estejam presentes. E o devido preparo dos fatores infraestruturais e de planejamento de inteligência. Ou seja, todo o conhecimento técnico e científico que temos para enfrentar essas situações.

Pontos norteadores:

1. Incentivo a implementação de mecanismos de participação social tanto na identificação quanto na solução dos problemas.
2. Capacitação de gestores em Adaptação Climática
3. Preparar moradores de áreas de risco: um morador que recebe formação sobre os riscos passa a ser uma referência para a vizinhança na hora do desastre e porta-voz da comunidade nas discussões de obras e medidas para corrigir esses riscos.
4. A questão da adaptação e prevenção aos eventos da Crise Climática necessita estar presente nos orçamentos e planos plurianuais dos três níveis de governo
5. Que as áreas mais vulneráveis já identificadas recebam investimentos públicos prioritariamente.

EIXO TEMÁTICO 9: MOBILIDADE URBANA E IMPACTOS AMBIENTAIS



- Como resolver problemas de mobilidade urbana e minimizar os impactos ambientais do uso de combustíveis fósseis numa sociedade que estimula o uso de automóveis e cidades que adotam políticas de uso e ocupação do solo calcadas nos deslocamentos motorizados, com ênfase no transporte individual?

A mobilidade urbana, os deslocamentos das pessoas para exercer suas atividades de trabalho, de acesso aos equipamentos de educação, saúde, lazer e cultura, apresenta grande impacto nas condições do clima, visto que a queima de combustíveis fósseis é grande responsável pela emissão de gases de efeito estufa e outros poluentes prejudiciais à saúde. Assim, pensar em formas de diminuir os efeitos nocivos desses deslocamentos, se torna fundamental para o enfrentamento da crise climática. Ou seja, o planejamento das cidades necessita buscar alternativas ao uso excessivo dos meios motorizados de deslocamento, bem como estimular as soluções coletivas para o transporte das pessoas.

A possibilidade mais imediata é se pensar em uma cidade onde se possa realizar o mínimo de deslocamentos, ou seja, onde possamos atender todas as nossas necessidades percorrendo pequenas distâncias a pé ou de bicicleta, ou seja, localmente devemos priorizar os modos de deslocamentos ativos aos motorizados. A cidade de 15 minutos.

Para tanto temos que viabilizar uma política de uso e ocupação do solo que viabilize essa possibilidade e, principalmente orientar as políticas de Habitação de Interesse Social para áreas centrais bem atendidas por infraestrutura e equipamentos urbanos.

Por outro lado, em distâncias maiores devemos priorizar os modos coletivos de deslocamento bem como a sua integração modal e tarifária. Dessa forma debates como bilhete único metropolitano ou mesmo a tarifa zero que em uma região que funciona de forma tão integrada como a nossa só teria sentido se também tivesse abrangência regional passam a ter significativa importância para

desestimular os modos de deslocamentos individuais próprios ou por aplicativo.

Cabe também lembrar que se considerarmos os deslocamentos regionais é fundamental restabelecer as ligações ferroviárias, pois vivemos em uma região portuária que abriga o maior complexo Portuário da América Latina, por onde circula um terço do PIB do país, portanto é necessário que pensemos tanto nos deslocamentos de pessoas como no de bens e serviços. Para esse resgate das ligações ferroviárias é fundamental o aproveitamento da infraestrutura já instalada com a preservação das faixas de domínio que atravessam áreas valorizadas de nossas cidades.

Nesse sentido é fundamental a integração não apenas do transporte público coletivo, mas de todos os serviços de transporte existentes na Baixada Santista contemplando os sistemas ferroviários, rodoviários, hidroviários, portuários, aeroviários e ciclovitários.

Lembrando que muitos desses sistemas são geridos por operadores privados sob regime de concessão, essa integração envolve um complexo conjunto de atores institucionais incluindo órgãos executivos, poderes concedentes e agências de regulação nas três esferas de governo (Federal, Estadual e Municipal) exigindo intenso controle social por meio da participação da população usuária.

Lembrar que a Região possui o Plano Regional de Mobilidade Sustentável da Baixada Santista – PRMSL-BS, no qual podemos destacar as seguintes premissas básicas:

- incentivo ao uso de modais não motorizados, como bicicletas, com implantação e integração de ciclovias com demais modais de transporte;
- incentivo aos deslocamentos à pé, através da melhoria de calçadas e travessias acessíveis,
- análises sobre viabilidade do transporte hidroviário,
- propor medidas para reduzir as emissões de gases do efeito estufa (GEE), de partículas poluentes e o consumo de energia não renovável, para mitigar os efeitos das mudanças climáticas;
- propor medidas de redução das desigualdades, melhoria da qualidade de vida da população em toda a região;

- identificar propostas de ações transversais associadas à questão de gênero e de raça.

Pontos norteadores:

1. Reativar do sistema ferroviário regional para transporte de passageiros e cargas, sendo, portanto, fundamental manter livres as faixas de domínio existentes.
2. Debater sobre a infraestrutura de mobilidade urbana na RMBS, na priorização de serviços públicos coletivos e a mobilidade ativa, integrando áreas e populações pauperizadas, com envolvimento comunitário;

Referências Bibliográficas:

AGÊNCIA METROPOLITANA DA BAIXADA SANTISTA (AGEM). Pacto da Mobilidade Sustentável e Logística da Região Metropolitana da Baixada Santista. Santos: AGEM, 2023. Disponível em: <https://prmslbs.com.br/pacto/>. Acesso em: 13 nov. 2025.

AGÊNCIA METROPOLITANA DA BAIXADA SANTISTA (AGEM). Plano Regional de Mobilidade Sustentável e Logística da Baixada Santista – PRMSL-BS. Santos: AGEM, 2023. Disponível em: <https://prmslbs.com.br/>. Acesso em: 13 nov. 2025.

ABRELPE – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EMPRESAS DE LIMPEZA PÚBLICA E RESÍDUOS ESPECIAIS. Panorama dos resíduos sólidos no Brasil 2022. São Paulo: ABRELPE, 2022. Disponível em: <https://abrelpe.org.br/panorama-2022/>. Acesso em: 13 nov. 2025.

BENSAID, D. Os irreduzíveis. Teoremas da resistência para o tempo presente. São Paulo: Boitempo, 2008.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima. Política Nacional sobre Mudança do Clima. Brasília: MMA, [2009?]. Disponível em: <https://antigo.mma.gov.br/clima/politica-nacional-sobre-mudanca-do-clima.html>. Acesso em: 13 nov. 2025.

CDHU – COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL E URBANO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Programa Vida Digna: requalificação habitacional e urbana – palafitas e áreas inundáveis. Apresentação em slides. São Paulo: CDHU, 2023. Disponível em: <https://abc.habitacao.org.br/wp-content/uploads/2023/05/06A-CDHU-SP-Prog-Vida-Digna.pdf>. Acesso em: 13 nov. 2025.

FRANCISCO. Carta Encíclica Laudato Si: Sobre o cuidado da Casa Comum. Brasília, Edições CNBB, 2016

MOURA, Héric; GUIMARÃES, Leonardo Bernardes; SALEME, Edson Ricardo. Mudanças climáticas: deslizamentos na Baixada Santista e a responsabilidade socioambiental do Estado. Revista Eletrônica Leopoldianum: Revista de Estudos e Comunicações da Universidade Católica de Santos, v. 50, n. 142, p. 71-84, 2024.

Disponível em:
<https://periodicos.unisantos.br/leopoldianum/article/download/1603/1361/5124>.
Acesso em: 13 nov. 2025.

NOVO MILÊNIO. Histórias e Lendas de Santos – URBANISMO: Uma cidade cada vez mais vertical. São Paulo: Novo Milênio, 18 jul. 2013. Disponível em:
<https://www.novomilenio.inf.br/santos/h0230.htm>. Acesso em: 13 nov. 2025.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). Estrutura operacional para construção de sistemas de saúde resilientes ao clima e de baixo carbono. Genebra: Organização Mundial da Saúde, 2023. Disponível em:
<https://www.who.int/publications/i/item/9789240074642>. Acesso em: 13 nov. 2025.

SANTOS, S. Questão ambiental e o direito à cidade: tecendo mediações entre o campo da ecologia política e o serviço social. In Paz, R.D.O. (et al). Serviço Social e trabalho social em habitação: requisições conservadoras, resistências e proposições. 1ª. Ed. Rio de Janeiro: Mórula, 2020.

ATIVIDADES

8h – Credenciamento, acolhida e café coletivo – partilha de experiências.

9h - Ato Ecumênico com representantes das religiões de matriz africana: *Mãe Deledda*, igreja católica: *bispo Dom Joaquim Mol Guimarães*, igreja luterana: *Pastor Felipi*; igreja anglicana: *Reverendo Sérgio*, seguido de **Mística indígena** - *Pajé Adolfo Timóteo*, liderança tradicional Guarani – *Terra Indígena Guarani Rio Silveira (Bertioga)*

9h30 - Abertura: Unifesp, Ministério das Cidades, Ministério Meio Ambiente, Fórum Social da Baixada Santista.

10h - Mesa temática - Que cidade queremos habitar?
Expositores: *Orlando Santos Junior, Ivan Carlos Maglio, André Leandro Nascimento*. Mediadora: *Tania Diniz*.

11h - Grupos Temáticos: Oficinas de discussão e construção coletiva.

13h - Almoço

14h – Plenária

- Atividade cultural
- Apresentação dos resultados construídos coletivamente

16h - Mesa redonda: síntese do debate coletivo:

- *Marcos Pellegrini Bandini, Maria Salete e Sania Cristina Dias Batista*.

18h – Fechamento - Coletivo Antirracista Ojú Obá

SALAS DOS EIXOS TEMÁTICOS

1º andar

Sala 116 → EIXO 1: **MORADIA, INFRAESTRUTURA URBANA, PARTICIPAÇÃO POPULAR**

[Facilitadores: Lenimar Gonçalves Rios e Vitória Santos Oliveira

Sala 117 → EIXO 2: **SAÚDE PÚBLICA, ÁGUA E SANEAMENTO**

[Facilitadoras: Aurélia Rios e Lucélia Terezinha Avelino

Sala 118 → EIXO 3: **LIMPEZA URBANA E TRATAMENTO DE RESÍDUOS**

[Facilitadores: Marcos Bandini e Márcia Trindade Jovito

Sala 119 → EIXO 4: **CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS E REMOÇÕES FORÇADAS DE FAMÍLIAS**

[Facilitadoras: Tânia Diniz e Gabriela Ortega

Sala 120 → EIXO 5: **EDUCAÇÃO, SUSTENTABILIDADE E CRISE CLIMÁTICA**

[Facilitadores: Ernesto Kenshi Carvalho Maeda, Sônia Maciel, Tânia Grizzi e Marco Antônio Dalama

Sala 121 → Espaço KIDS

Sala 122 → EIXO 6: **VIOLAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS E GARANTIA DE JUSTIÇA, EQUIDADE, DIVERSIDADE E INCLUSÃO**

[Facilitadoras: Cidinha Santos, Aldenir Dida e Eliza Montrezol

2º andar

Sala 227 → **EIXO 7: REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES SOCIAIS E TERRITÓRIOS VULNERABILIZADOS**

[Facilitadora: Maria Salete dos Santos

Sala 227 → **EIXO 8: GOVERNANÇA METROPOLITANA, PARTICIPAÇÃO SOCIAL E MUDANÇAS CLIMÁTICAS**

[Facilitadores: Lara Fernanda Modolo Ducci e Douglas Predo Mateus

Sala 229 → **EIXO 9 - MOBILIDADE URBANA E IMPACTOS AMBIENTAIS**

[Facilitadora: Sania Cristina Dias Batista

Saguão

Feira agroecológica, de artesanato e de Economia Solidária.

Exposição de parceiros do V Fórum Social da Baixada Santista.

ORGANIZADORES:

